



PEC flexibiliza tempo de direção de motoristas

Acesse o QR Code e confira a matéria no site.

FETRANSUL
A Força do Transporte e da Logística no RS

Inadimplência alcança maior patamar no Brasil

Endividamento das famílias atingiu 79,5% no País em janeiro

/ CONJUNTURA

Francisco Conte

franciscoc@jcrs.com.br

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou os dados de 2025 da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). O estudo indica que o percentual de famílias brasileiras que têm dívidas com cartão de crédito e financiamentos alcançou 79,5% em janeiro, patamar mais alto já registrado na série histórica. O levantamento é feito com 18 mil famílias de todo o País. São levadas em conta dívidas com cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

O índice registrado não é à toa. De acordo com os especialistas consultados pela reportagem, as causas para o endividamento brasileiro são estruturais, ou seja, perpassam questões micro e macroeconômicas.

O cenário passa desde a popularização do crédito, decorrente do estabelecimento de instituições financeiras digitais, até mesmo decisões conjunturais do Banco Central. O professor de Economia da Ufrgs, com especialização em contas domésticas, Mauricio Weiss, relembra que o atual cenário brasileiro no mercado de crédito remonta a crises passadas: “Com a crise econômica de 2015 e 2016, seguida de uma não recuperação nos anos seguintes, a taxa de desemprego foi ficando cada vez mais alta”, explica.

O professor acrescenta na equação o contexto pandêmico, quando o nível de desemprego - fixado em 13,5%, o mais alto já registrado desde o início da série histórica, em 2012 - somado ao baixo nível da taxa Selic, que estava em 2% ao ano, contribuíram para que o contexto atual se tornasse possível. “As famílias aproveitaram o cenário de redução dos juros para possibilitar manter certo nível de consumo”, explica Weiss.

O endividamento não é por si só algo negativo, - apenas representa a vinda de débito futu-



JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Resultado é puxado por dívidas com cartão de crédito e financiamentos

ro. A questão maior é quando o débito compromete a renda, o que leva à inadimplência.

Nesse caso, a pesquisa indica que, em média, brasileiros com renda de até 3 salários mínimos têm 29,7% da renda comprometida por dívidas - ou seja, quase um terço da renda.

Há ainda a pressão no orçamento básico, representado por contas de luz, aluguel, alimentos e água.

“Quando a renda corrente não é suficiente para cobrir essas despesas básicas, as famílias recorrem ao crédito como uma saída, o que gera endividamento. Temos o número mágico de que no máximo 30% da renda deve ser comprometida pelo crédito. Atualmente, a taxa está muito próxima disso”, explica a economista chefe da Fecomércio RS, Patricia Palermo.

Nesse contexto, a economista diz que o “crédito é confundido com renda”, sobretudo com a facilidade de acesso ao crédito por meio de bancos digitais.

De fato, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD), os dados de 2024 são contundentes: o volume de crédito concedido pelas 44 fintechs que fizeram parte da amostra da pesquisa alcançou R\$ 35,5 bilhões - um aumento de 68% em relação ao ano anterior.

O número total de clientes também avançou, superando 67,5 milhões de pessoas físicas e mais de 55 mil empresas atendidas.

Apesar do número expressivo de brasileiros com dívidas,

o nível de inadimplência caiu pelo terceiro mês seguido. A PEIC identificou que em janeiro a taxa de atraso ficou em 29,3%, um pouco abaixo comparado a outubro, quando estava em 30,5%.

“Apesar dos juros no patamar elevado, a manutenção da taxa de desemprego no menor patamar da série histórica, ao mesmo tempo que há um recorde da massa de salário e do salário médio, permitiu que houvesse elevação do poder aquisitivo e redução da inadimplência”, explica Weiss.

Os desafios pessoais também são levados em consideração: perda de emprego, emergências médicas e separações agora são somadas também às bets.

Segundo pesquisa do Procon-SP, quase 40% dos apostadores que utilizam sites de jogos e apostas on-line já se endividaram após iniciar o uso das plataformas de apostas.

Tanto Weiss quanto Patricia comentam que a educação financeira pode ser um remédio para o endividamento, no entanto, não o tratamento completo: “É importante a manutenção do crescimento econômico e taxa de desemprego em patamar mais baixo, como já tem provocado a queda atual de inadimplência”, diz Weiss.

Patricia acrescenta que a manutenção da taxa de juros em um patamar alto é “um remédio amargo” no controle da inflação, o que também interfere nos índices de endividamento.

FETRANSUL

A Força do Transporte e da Logística no RS

TRANSPORTE & LOGÍSTICA

PEC flexibiliza tempo de direção de motoristas

O Senado aprovou por unanimidade, no dia 24 de fevereiro, a PEC 22/2025, que irá definir a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional, abrangendo o transporte de cargas e de passageiros, com o objetivo de assegurar infraestrutura mínima para o cumprimento das normas de segurança viária e trabalhista.

O foco central da PEC é assegurar que o motorista em atividade de transporte rodoviário profissional não poderá ser penalizado pelo descumprimento dos intervalos de descanso quando a inexistência ou a insuficiência de estrutura adequada no percurso estiver devidamente reconhecida pelo Poder Público, nos termos de regulamento.

As penalidades decorrentes do descumprimento do tempo de descanso dos motoristas profissionais devem observar o grau de descumprimento dos intervalos de descanso, bem como a reiteração da conduta. Até que a cobertura da malha rodoviária alcance quantitativo suficiente de locais de repouso e descanso com condições adequadas de segurança, higiene e repouso, de modo a garantir que motoristas profissionais possam cumprir plenamente as normas de saúde e segurança ocupacional e de trânsito, será admitido o fracionamento do período de descanso diário dos motoristas profissionais em viagens de longa distância.

A PEC é um avanço estratégico para o transporte rodoviário de cargas, pois traz segurança jurídica após os efeitos da decisão do STF na ADI 5322, fortalece as negociações coletivas, respeitando realidades regionais. Além disso, humaniza a jornada, permitindo acúmulo de folgas e maior convívio familiar protege contra penalidades injustas, quando inexistir infraestrutura adequada.

A próxima etapa da PEC será sua apreciação na Câmara dos Deputados. O presidente da Fetransul, Francisco Cardoso, exorta a bancada federal gaúcha na Câmara a apoiar o projeto, assinalando sua importância para o exercício da atividade de transporte de cargas no ambiente rodoviário. “Trata-se da defesa da segurança jurídica, da competitividade do setor e da dignidade do motorista profissional”, completa ele.

8º ENCONTRO DO
TRC GAÚCHO
CAXIAS DO SUL

19 de Março - AGENDE-SE!

www.fetransul.com.br